



SER PROFESSOR

ENTRE GAMBIARRAS E INSALUBRIDADES

Na semana do Dia do Mestre, o Jornal da AdUFRJ registra a difícil vida de professoras e professores da UFRJ que enfrentam rotinas insalubres, gambiarras elétricas, ameaças de incêndio, goteiras em corredores e salas de aula, entulhos nos corredores, obras paradas diante de míseros orçamentos. Em quatro páginas, reportagens mostram graves problemas em unidades do CCS, no IPPUR e no IFCS. Em comum, estas unidades convivem com o triste paradoxo de oferecerem cursos que figuram entre os melhores da país, mas cuja infraestrutura ameaça a saúde física e mental de docentes, técnicos e alunos. A AdUFRJ prepara um conjunto de ações para responder à grave crise que afeta unidades em todos os campi. Duas delas foram aprovadas na última assembleia: uma petição on line para solicitar mais recursos para as universidades e, também, para os salários; e uma reunião com a bancada parlamentar federal do Rio, com o objetivo de destinar mais verbas para a educação superior na PLOA 2024. A diretoria também organiza o recolhimento de demandas dos professores da UFRJ para formalizar um documento à reitoria. **Páginas 2 a 5**



FOTOS: FERNANDO SOUZA



ESPECIAL > GAMBIARRAS E INSALUBRIDADE

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE ESTÁ DOENTE

ANA BEATRIZ MAGNO
E SILVANA SÁ

comunica@adufrj.org.br

O Centro de Ciências da Saúde é o retrato do paradoxo: a estrutura degradada e insalubre de seu prédio principal é a mesma que abriga a excelência acadêmica que ajuda a maior universidade federal do Brasil ser também a mais ilustre. Apesar de seus cursos figurarem entre os melhores do país, gambiarras elétricas, goteiras, entulhos e equipamentos abandonados se multiplicam pelas salas, corredores e laboratórios. A biblioteca era enorme e está com 90% de sua área abandonada e fechada desde setembro de 2017 por contaminação por fungos. Maquinários caros correm risco diante de chuva. Os aparelhos de ar-condicionado se equilibram em janelas e suportes improvisados. O medo de incêndio, tragédia recorrente nos campi, ronda alunos, técnicos e docentes.

O edifício foi inaugurado em 1972, com a transferência da Faculdade de Medicina e do CCS da Praia Vermelha para o Fundão. Ao longo das décadas, mais unidades e cursos surgiram e a estrutura começou a ficar apertada para as atuais doze unidades e órgãos suplementares que funcionam no prédio. Mas faltou planejamento. “Cada unidade passou a tentar arrumar soluções para os seus problemas à sua maneira. Além disso, a rede elétrica se tornou insuficiente para a demanda. É subdimensionada”, observa o professor titular Pedro Lagerblad, do Instituto de Bioquímica Médica.

Ex-diretor da AdUFRJ, respeitado pesquisador, Pedro é um incansável docente na luta por melhores condições de trabalho. “A gente tem dois tipos de insalubridade: a do direito trabalhista, porque manipulamos diferentes elementos, e a ambiental. Se houvesse manutenção e investimento adequados, o CCS seria muito menos insalubre”, destaca.

João Victor Baptista, estudante de Biologia, ao ser perguntado sobre o que mais lhe causa angústia em relação às condições do prédio, faz um triste desabafo: “Eu acho que

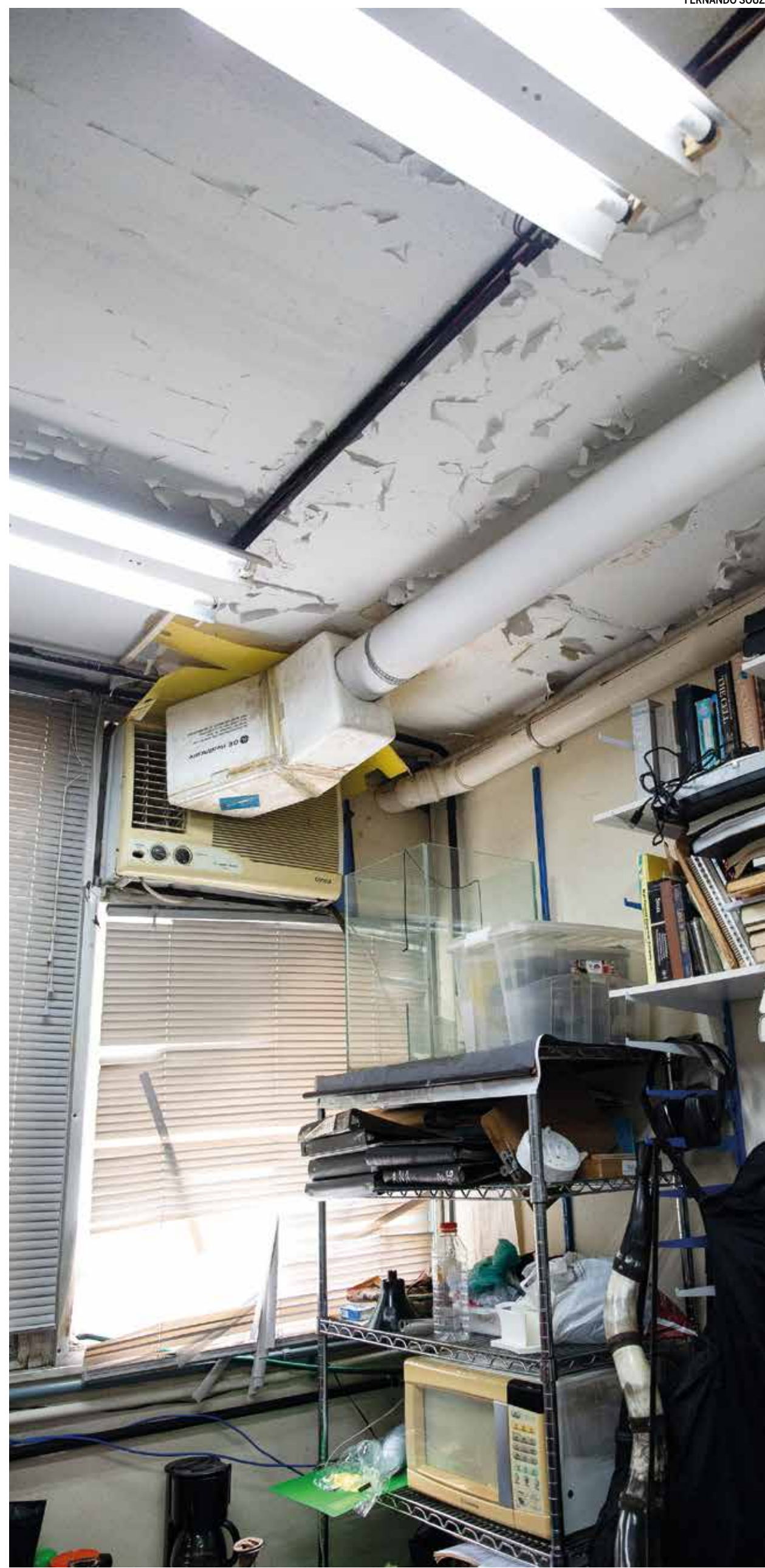
normalizei o caos”, diz. “Assim que entrei, ficava chocado com o banheiro alagado e totalmente insalubre, com a fiação exposta, o teto caindo, a janela sem vidro, a infestação de ratos”, detalha. “Depois, isso tudo passou a fazer parte da rotina. Acho que não é só uma questão de dinheiro. É um pouco de descaso também”.

Seu colega de curso, Alexandre Lima, completa: “Uma vez caiu um vidro da janela e ele fez aniversário encostado num canto da sala, podendo causar um acidente. Retirar aquele vidro do chão não era uma questão de dinheiro”, exemplifica.

Nessa e nas próximas páginas, as imagens falam por si. A reportagem faz parte da série do Jornal da AdUFRJ sobre condições de trabalho. A diretoria da AdUFRJ compreende a urgência das demandas por infraestrutura e melhores condições de trabalho e estudo. Uma das ações em curso é a criação de uma petição on line exigindo mais orçamento para as universidades e para o reajuste dos servidores. O documento destaca que a Proposta de Lei Orçamentária Anual para 2024 prevê a metade dos recursos de dez anos atrás para universidades, institutos tecnológicos, agências de fomento e para a ciência e tecnologia. Outra iniciativa é uma solicitação de audiência feita à equipe do deputado Áureo Ribeiro (Solidariedade), coordenador da bancada do Rio de Janeiro no Congresso Nacional. Ambas foram definidas na última assembleia de professores, que debateu a campanha salarial.

“A ideia é discutir o quadro de penúria das instituições de ensino e apresentar propostas que viabilizem o financiamento do conhecimento”, explica a professora Mayra Goulart, presidenta eleita da AdUFRJ. “Também queremos sensibilizar os parlamentares sobre a importância de valorizar os servidores que efetivamente colocam em prática as políticas públicas para a população”, afirma. “A gente entende que essas ações fazem parte desse novo sincretismo que usa novas formas de luta para sensibilizar a sociedade civil e os tomadores de decisão”, conclui.

O decano do CCS, professor Luiz Eurico Nasciutti, foi procurado pela reportagem, mas não retornou até o fechamento desta edição.



FERNANDO SOUZA

ESPECIAL > GAMBIARRAS E INSALUBRIDADE



FOTOS: FERNANDO SOUZA



DEPOIMENTO | PEDRO LAGERBLAD
PROFESSOR TITULAR DO INSTITUTO
DE BIOQUÍMICA MÉDICA

“A CULTURA DO CUIDADO É UM PROCESSO”

“Quando o CCS foi desenhado, lá nos anos 1970, cada corredor era ‘loteado’ para um catedrático. Os laboratórios e projetos de pesquisa tinham ‘dono’. A estrutura de pesquisa foi sendo desenvolvida ao longo dos anos pelas unidades, novos núcleos foram surgindo, institutos foram sendo criados, mas, sem recursos da universidade, somente às custas do dinheiro dos projetos de pesquisa e sem planejamento. Cada unidade passou a tentar arrumar soluções para os seus problemas à sua maneira.

Além disso, a rede elétrica se tornou insuficiente para a demanda. É subdimensionada. Há muitos equipamentos acoplados a geradores, mas muitos estão fora, porque não há capacidade energética para segurar todo mundo. Há problemas também de manutenção da rede elétrica.

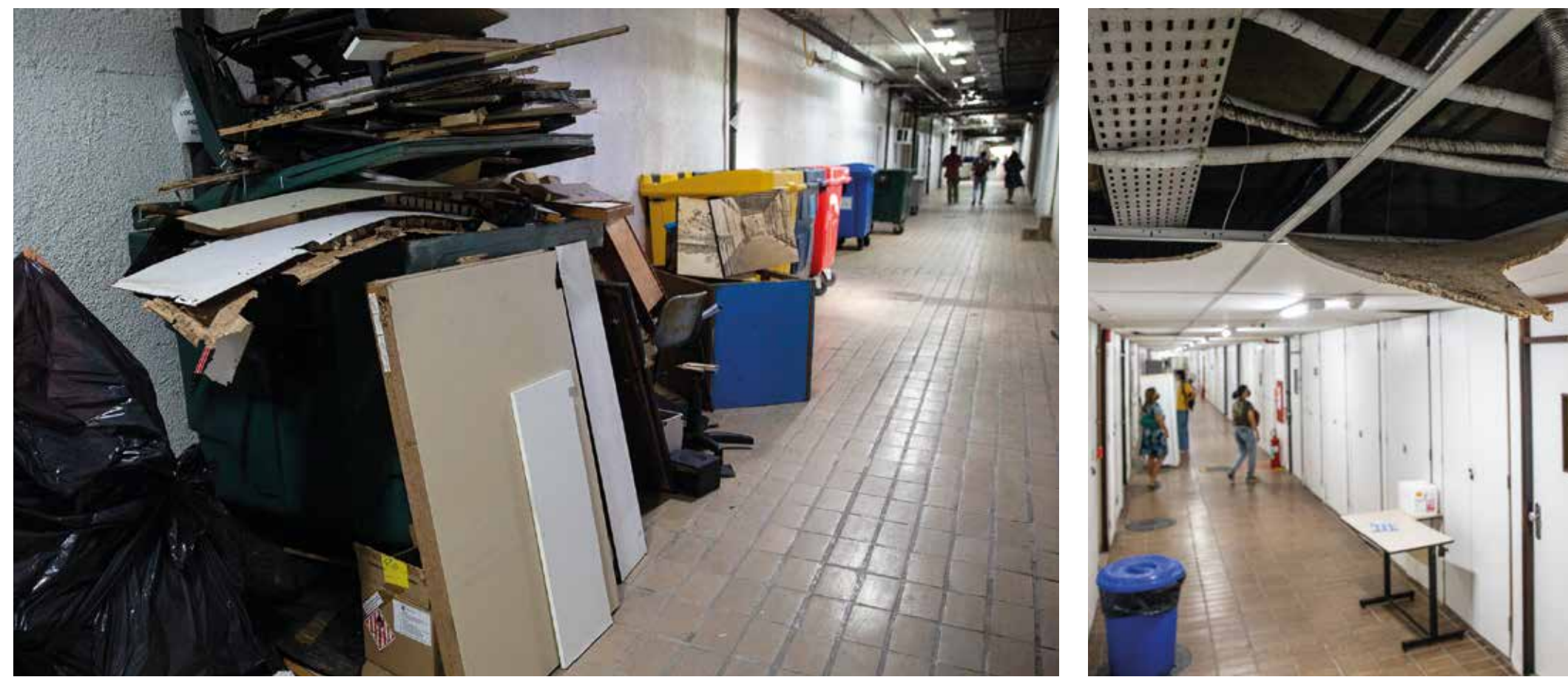
No subsolo há alguns graves problemas. A circulação de ar é muito precária na maioria das salas e laboratórios. As saídas de esgoto estão nos corredores dos laboratórios. Quando chove muito, pode transbordar. Já ocorreu várias vezes, mas felizmente há algum tempo não acontece. Há pouquíssimos banheiros disponíveis e em boas condições de uso.

Há aparelhos de ar-condicionado que jogam ar quente dos laboratórios para as áreas comuns nos corredores. É o jeito possível, o mais barato, mas totalmente inadequado. Há laboratórios que sofrem com infiltrações porque ficam embaixo de banheiros que alagam com certa frequência.

O telhado do prédio é outro problema. Quando chove, as pessoas botam lonas plásticas sobre os equipamentos mais caros para evitar que estraguem, porque chove dentro de vários laboratórios do segundo andar.

Também não temos um castelo d’água, nenhum reservatório que nos permita manter atividades quando falta água na cidade. Se acontece alguma situação de desabastecimento, a gente fica imediatamente sem água para lavar as mãos, para os banheiros, para beber.

A melhora nas condições de trabalho evitaria muitas questões insalubres. A gente tem dois tipos de insalubridade: a do direito trabalhista, porque manipulamos diferentes elementos, e a ambiental. Se houvesse manutenção e investimento adequados, o CCS seria muito menos insalubre. A cultura do cuidado é um processo.”



ESPECIAL > GAMBIARRAS E INSALUBRIDADE

IPPUR QUER VOLTAR PARA CASA

> Passados sete anos do incêndio que desalojou o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional do prédio da reitoria, professores ainda enfrentam sérias dificuldades de infraestrutura

KELVIN MELO
kelvin@adufrrj.org.br

Gabinets interditados, graduação alocada de favor em salas de outra unidade, laboratórios e grupos de pesquisa sem espaço ou acomodados em locais inadequados e queda no conceito da pós-graduação. O Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) até hoje sofre as consequências de um incêndio que, em outubro de 2016, destruiu parte do antigo prédio da reitoria.

As instalações do IPPUR, no quinto andar, não foram diretamente afetadas pelas chamas de sete anos atrás, mas professores, técnicos e estudantes foram obrigados a sair da sede, após a interdição para a reforma. E praticamente nada foi feito no instituto desde então.

NÚMEROS DO INSTITUTO

47 docentes

17 técnicos

547 alunos de graduação (GPDES)

226 pós-graduandos (mestrado e doutorado)

Fonte: direção IPPUR

Os impactos negativos para as atividades acadêmicas são evidentes. “Eu fazia do meu gabinete um ponto de encontro com os estudantes, com orientandos, com equipes de pesquisa”, explica o professor Alex Magalhães. “Havia ali terminais de computador, biblioteca com nosso acervo ali ao lado. A indisponibilidade desse espaço dificultou nosso planejamento”.

A Faculdade de Letras, do outro lado da Rua Pedro Calmon, tem abrigado o IPPUR neste período. A hospitalidade da unidade coirmã foi destacada por todos os entrevistados, mas não é possível realizar todas as tarefas como antes do incêndio. “Estar ali é como se estivéssemos na casa dos outros, limitados de várias maneiras”, afirma Alex. “Quando essa situação se eterniza, e sem uma perspectiva de solução, isso agrega uma carga de tensão às relações acadêmicas”, completa.

Integrante do centro acadê-



DESANIVERSÁRIO: no dia 9, docentes, técnicos e alunos protestaram contra sete anos de descaso



FECHADOS: gabinetes e espaço de convivência estão interditados



NO CORREDOR do quinto andar, cerâmicas se descolam da parede



SEM AR-CONDICIONADO, saída tem sido improvisar ventiladores

mico e aluna do sexto período do curso de Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social (GPDES), Rute Caroline dos Santos nunca teve aula no prédio da reitoria. A jovem reforça os problemas de um curso funcionando fora da sede. “É sempre estar refém de uma administração de outro prédio, o que é muito ruim. Quando vamos pedir sala para algum

evento, a prioridade é sempre da Letras”, diz. Nada disso estaria ocorrendo se o GPDES, criado há uma década e hoje com 547 alunos, estivesse no chamado “complexo acadêmico CCJE-CFCH”, ao lado da própria Faculdade de Letras. No local, hoje só existe a estrutura básica da edificação, conhecida como “paliteiro”. A promessa realizada ao corpo

social do IPPUR durante o programa de expansão das universidades federais (Reuni) jamais foi cumprida.

Dos 19 laboratórios e grupos de pesquisa do IPPUR, apenas dois conseguiram espaços cedidos de forma temporária pela Coppe. Mas, em um esforço para retomada gradual da antiga sede, as aulas da pós-graduação retornaram ao edifício Jorge Machado Moreira, em março deste ano. Na empreitada, professores e estudantes enfrentam condições improvisadas. Ainda no corredor de acesso ao IPPUR, dois cartazes avisam os usuários para terem cuidado: há risco de descolamento das cerâmicas da parede.

Nas poucas salas disponíveis para uso, nada de ar-condicionado. O funcionamento dos aparelhos depende da reforma elétrica no andar. Ventiladores foram espalhados para dar algum conforto aos ocupantes. Mas são insuficientes em dias de muito calor. Ao receber um visitante da Universidade de Buenos Aires para uma palestra no auditório este ano, a direção precisou se desculpar. “Estamos sempre pedindo desculpas pelo imprevisto”, afirma o professor Filipe Corrêa, diretor adjunto de pós-graduação.

A falta de infraestrutura adequada cobrou seu preço na última avaliação da Capes. O cinquentenário programa de pós-graduação da unidade, que ostentava uma nota 6 desde 2004, caiu para 5. “De um lado, perdemos a dinâmica de atividade dos laboratórios: os encontros de pesquisa, as reuniões de orientação. Tudo fica prejudicado”, afirma Filipe. “Isso obviamente tem um impacto global no desempenho do programa”.

Além da perda de prestígio, há o prejuízo financeiro e administrativo. “Anteriormente, o pro-

grama recebia recursos por meio do Proex (Programa de Excelência Acadêmica, voltada para cursos 6 e 7), que é destinado a uma conta bancária em nome da coordenação, o que permite uma flexibilidade muito maior da gestão”, acrescenta o docente.

Para cobrar melhores condições de trabalho e ensino, a comunidade do IPPUR realizou um ato no hall dos elevadores do edifício JMM, na segunda-feira (9). Teve até bolo de “desaniversário” pelos sete anos do incêndio. “Nós estamos até hoje lutando contra as dificuldades”, afirmou à reportagem o professor Fabrício Leal de Oliveira, diretor da unidade, ao final da manifestação.

“Tem que fazer um monte de coisas lá: pintura, sinteco, escada de incêndio. Mas o crucial para nós são os serviços de adequação elétrica daquelas salas do quinto andar”, disse o dirigente. Uma reforma que, nas contas do docente, não demandaria um investimento muito alto. “Estamos com processos abertos no SEI (Sistema Eletrônico de Informações da UFRJ) para estes serviços. Contamos com o compromisso de apoio da reitoria, mas não temos prazo nenhum nem garantia de todos os recursos necessários”.

RESPOSTA

Até o fechamento desta edição, a assessoria de imprensa da reitoria não respondeu aos questionamentos da reportagem sobre as obras no quinto andar do JMM. Sobre o “paliteiro”, a assessoria apenas repassou um estudo do Escritório Técnico da Universidade, datado de maio deste ano, para a continuidade da obra. São apresentados três caminhos: o primeiro, seguindo o projeto original, teria custo estimado de R\$ 146 milhões (em valores de abril) e demoraria entre 6,5 anos e quase 10 anos para ser concluído.

Uma readequação do projeto, fazendo a construção avançar por blocos independentes, “possibilitando a obtenção de recursos distintos para cada fase” e maior liberdade de cronograma, custaria R\$ 75 milhões e duraria de três a cinco anos.

Há ainda um projeto para fechamento de todas as fachadas “no intuito de promover a proteção da estrutura já construída e propiciar a finalização de seu interior”, no modelo de construção por blocos independentes. O que custaria R\$ 30 milhões, entre 16 e 25 meses.

A reitoria não respondeu, mas é situação reconhecida que a UFRJ não tem recursos para realizar qualquer uma dessas opções.

ESPECIAL > GAMBIARRAS E INSALUBRIDADE

DOSSIÊ DETALHA PROBLEMAS E INDICA PARALISAÇÃO NO IFCS

> Alagamentos e riscos de incêndios estão entre os obstáculos enfrentados no dia a dia por alunos e professores. Carta dá prazo de 30 dias para resposta da direção e aponta a suspensão das aulas

ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufrrj.org.br

Os problemas estruturais do histórico prédio do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), no Largo de São Francisco, no Centro do Rio, podem levar à paralisação das aulas nos cursos de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais em menos de um mês. O triste cenário foi revelado por uma carta conjunta apresentada na reunião da Congregação do IFCS no último dia 4 e enviada à direção da unidade pelos departamentos de Antropologia Cultural, Ciência Política e Sociologia e pelo Centro Acadêmico de Ciências Sociais (CACS). Professores e alunos se uniram para fazer um levantamento sala a sala dos problemas e formaram um dossiê que sustenta a denúncia.

“Consideramos que as atuais condições do prédio se encontram inadequadas, perigosas e arriscadas para a continuidade das atividades de ensino”, alerta o documento, que solicita à direção do IFCS providências “no prazo de até 30 dias corridos” e informa que, caso as demandas não sejam atendidas, “o corpo docente de Ciências Sociais se verá compelido a realizar uma paralisação das atividades”. Na quarta-feira (11), o colegiado do Departamento de Filosofia se reuniu e definiu apoio ao movimento, endossando as denúncias reunidas na carta assinada pelos outros três departamentos do IFCS e pelo CACS. Além disso, o colegiado aprovou por maioria o indicativo de paralisação para 8 de novembro.

Em assembleias realizadas na terça-feira (10), os estudantes também apontaram o dia 8 de novembro como data de início da paralisação. Eles marcaram um ato pela melhoria da infraestrutura do IFCS e pelo pagamento do salário dos terceirizados — que está atrasado — no Conselho Universitário do próximo dia 19.

Conviver com riscos de incêndios, alagamentos e calor insuportável nas salas de aula faz parte da rotina de professores, estudantes e técnicos do IFCS há muito tempo. A carta, contudo, traz um levantamento minucioso dos problemas e destaca que o quadro chegou ao limite do suportável. Segundo o documento, a precariedade das instalações “compromete gra-



vemente a qualidade da prática pedagógica e coloca em risco a permanência das/os professoras/es, técnicos e estudantes no ambiente acadêmico”.

AMBIENTE INSALUBRE

A professora Roberta Guimarães, chefe do Departamento de Antropologia Cultural, espera providências que mudem esse quadro desalentador. “Nós demos 30 dias para a direção do IFCS responder às questões que a gente coloca. E esperamos alguma ação concreta nesse prazo. Há uma insalubridade geral no ambiente. É um processo de exaustão que chega ao ápice com o calor insuportável nas salas sem ar-condicionado. Salas com 50, 70 alunos. As pes-

com as janelas quebradas, parcialmente sem luz e sem equipamentos. Perdi impressora, computador e material de pesquisa nos últimos dois alagamentos. Minha sala foi apontada como sem saída em caso de incêndio”, relata a professora, cuja sala fica no quarto andar, apontado na carta como o que concentra a maioria dos problemas.

O dossiê traz ainda alguns pequenos relatos que traçam um retrato fiel — e triste — dos problemas do IFCS. São depoimentos de professores (não identificados). Alguns deles:

“Estou impossibilitado de usar minha sala há mais de oito meses devido a vazamentos de água provenientes do telhado. Quando ocorrem vazamentos, a água escorre diretamente pelo ponto de iluminação, representando um sério risco de choque elétrico. Devido a essa situação, perdi meu computador desktop, bem como vários documentos importantes”.

“Na última aula uma aluna quase desmaiou de calor. Para evitar que fique abafado, a gente tem mantido a porta aberta, o que é problemático por conta do barulho, já que a sala fica em frente ao elevador”.

“Infiltrações e alagamentos em diversos pontos devido a consequências de problemas no telhado do prédio. Pelo menos três vezes desde 2022 salas e corredores foram afetados durante dias de chuva. Os incidentes não apenas causam transtorno para docentes e discentes que utilizam o espaço, mas acarretam perda de materiais e, o que é mais preocupante, trazem risco para a estrutura do prédio e seus frequentadores. Não sabemos o estado do teto das salas com a água acumulada, além dos riscos para a rede elétrica”.

Presidente eleita da AdUFRJ, a cientista política Mayra Goulart conhece bem a realidade descrita na carta. “Como proffessora do IFCS, tenho no meu cotidiano a lida com essa precariedade, principalmente as questões elétricas, que impedem que a gente climatize salas que são muito prejudicadas em termos de janelas e de ventilação. No verão é muito difícil dar aulas, chega a ser dramático. Essa iniciativa dos departamentos e dos alunos do IFCS é muito legítima e a AdUFRJ está empenhada em contribuir para a resolução desses problemas. O novo sindicalismo que defendemos se estrutura a partir

de frentes como o advocacy e a mobilização da sociedade civil. Vamos colocar essas práticas a serviço dessa causa”.

RESPOSTA DA DIREÇÃO

O professor Fernando Santoro, diretor do IFCS, disse ao Jornal da AdUFRJ que a posição da direção é a de “acolher a lista de demandas”. “São demandas dos professores, dos alunos e dos técnicos sentidas cotidianamente. É um prédio antigo, histórico, que precisa de cuidados especiais. E por conta disso também, infelizmente, tem uma burocracia adicional das instâncias que deveriam zelar pela sua integridade física. Essa burocracia por vezes aumenta o tempo para resolver as nossas dificuldades estruturais. Vamos acolher as demandas, ver o que pode ser resolvido internamente e imediatamente”, disse o professor.

Santoro lembrou que há outras mais simples, que podem ser equacionadas com orientações internas, mas há outras mais complexas que dependem de instâncias externas, de processos de licitação: “O que implica em demora no Serviço Público. O que podemos fazer é caminhar a cada instância competente as nossas demandas para que esses processos sejam acelerados. Nós temos urgência em resolver os problemas. Desde o ano passado nós temos um projeto de prevenção de incêndios aprovado, o primeiro da história do IFCS, e nós precisamos completar sua implementação. Temos brigada civil de bombeiros, mas precisamos da sinalização. Das fitas antiderrapantes. Temos em curso também outra reforma urgentíssima que é a reforma elétrica. Infelizmente a primeira empresa que ganhou a licitação abandonou o serviço. A licitação teve que ser refeita e está em curso”.

O diretor do IFCS espera ter apoio para dar respostas à comunidade acadêmica. “Nós não queremos deixar que aconteça no prédio do IFCS, que é o mais antigo da universidade, o que aconteceu com o Museu Nacional. Essas duas frentes, a prevenção de incêndios e a reforma elétrica, são essenciais. E esperamos que as instâncias superiores, especialmente a reitoria, também unam seus esforços para conseguir em Brasília os recursos suplementares que nos foram tolhidos nos últimos seis ou sete anos de redução orçamentária”, concluiu.

#OrgulhoDeSerUFRJ

ADUFRJ CONTRA O ÓDIO

A diretoria da AdUFRJ manifesta seu repúdio aos ataques sofridos pelos professores Michel Gherman, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ, Mônica Herz e Márcio Scalécio, ambos do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Os docentes foram vítimas de ações orquestradas de ódio, du-

rante debate sobre a guerra entre Israel e a Palestina, realizado na terça-feira, 10, na PUC-Rio.

A universidade é a arena do livre pensamento, do contraditório, da pluralidade de ideias e de reflexões; jamais palco de ações que agridam, censurem e calem vozes dissonantes.

Reiteramos o total apoio aos docentes agredidos, em especial ao professor Gherman,

docente desta casa, ao qual representamos enquanto entidade sindical.

Nossa solidariedade aos professores. Exortamos que a razão seja a bússola norteadora da paz entre os povos e entre nós mesmos.

11/10/2023

Diretoria da AdUFRJ



ACERVO PESSOAL

FOTOS: REPRODUÇÃO



NOTAS PÚBLICAS DE APOIO

Nosso total respeito e nossa total solidariedade aos professores associados Mônica Herz e Márcio Scalécio, do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio, e ao professor Michel Gherman, da UFRJ, vítimas de atitudes de ódio, desrespeito e agressão durante o debate sobre o conflito Israel-Palestina realizado hoje, dia 10 de outubro de 2023, na PUC-Rio.

Reiteramos o repúdio a toda ação que se manifeste contrária ao debate acadêmico aberto e

construtivo que promova a análise dos temas que são cruciais no delicado momento que o mundo vive.

A universidade é e deve permanecer um espaço plural do exercício da reflexão, do debate, da crítica e do diálogo.

ADPUC-Rio
Associação de Docentes da PUC-Rio



Manifestamos total solidariedade aos professores Mônica Herz e Márcio Scalécio, do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio, e ao professor de sociologia Michel Gherman, da UFRJ, que foram verbalmente agredidos durante debate sobre o conflito Israel-Palestina em 10 de outubro.

Os docentes foram vítimas de atitudes de ódio e desrespeito, enquanto procuravam fomentar uma discussão civilizada e profícua sobre a questão que aflige

há décadas o Oriente Médio e, sobretudo, os povos diretamente envolvidos na região.

A ADUR-RJ reitera seu total repúdio a crimes contra a humanidade, contra os ocorridos nesse episódio, que sacrificam vidas humanas, principalmente de civis, incluindo jovens, famílias e crianças que não estão diretamente envolvidos no conflito.

ADUR-RJ
Associação dos Docentes da UFRJ

“MINHA PROFISSÃO É PROFESSOR”

>Presidente do STF, Luís Roberto Barroso ministrou aula magna na Faculdade Nacional de Direito

KELVIN MELO
kelvin@adufjr.org.br

Sou professor de Direito Constitucional há 40 anos, advogado há 30 e estou ministro do Supremo há 10 anos. A minha profissão é professor”. Assim se apresentou o presidente do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, para um abarrotado Salão Nobre da Faculdade Nacional de Direito, no dia 6.

Na primeira atividade pública como presidente do STF, o convidado prendeu a atenção da plateia com uma senhora aula magna de 59 minutos. Misturando dados e ditos espirituosos, Barroso compartilhou reflexões sobre três temas essenciais do nosso tempo.

O primeiro deles, a revolução digital. “A internet produziu uma imensa democratização do acesso ao conhecimento, à informação e ao espaço público”, disse. Por outro lado, argumentou o ministro, também se abriram as avenidas para a desinformação, para os discursos de ódio, para as teorias conspiratórias, para a destruição das reputações.

A liberdade de expressão é um princípio a ser preservado, mas há limites. “A regulação é um imperativo. A gente pode discutir quanto, como e há dificuldades nesta matéria. Mas precisamos fazer com que o avanço da tecnologia não nos desvie de uma trajetória ética mínima”, defendeu.

RECESSÃO DEMOCRÁTICA

O ministro apontou a democracia como a ideologia vitoriosa do século XX, tendo derrotado todas as alternativas que se apresentaram. “Porém, alguma coisa parece não estar indo muito bem no mundo em relação à democracia constitucional”, afirmou. “O que se assistiu no mundo, com reflexos no Brasil, foi a ascensão de um populismo autoritário antipluralista”, completou.

No caso brasileiro, a imensa desigualdade social vira terreno fértil para estes movimentos antidemocráticos. “O Brasil é um país em que as seis pessoas mais ricas têm a mesma quantidade de



FOTOS: ALESSANDRO COSTA

LOTADO Salão Nobre ficou pequeno para acompanhar aula magna

riqueza que 100 milhões de pessoas”, disse. “A democracia é uma festa cívica, mas se é uma festa da qual a pessoa não participa, ela não tem nenhum interesse. E ela se torna presa fácil das outras alternativas. A preservação da democracia exige justiça para todos”.

MUDANÇA CLIMÁTICA

Barroso observou que o negacionismo de parte da população mundial dificulta as ações contra as mudanças climáticas extremas. Mas não só.

“O segundo problema é que os danos ambientais que são produzidos hoje só vão efetivamente gerar as suas graves consequências daqui a 25, 50 anos. Isso traz um desincentivo político à ação atual”, disse.

O pior de tudo é que não há soluções

nacionais. “A mudança climática não respeita fronteiras, de modo que a queimada na Amazônia produz efeitos na Colômbia ou na Europa ou no Centro-oeste”.

E mesmo os acordos internacionais não estão sendo cumpridos. “O Brasil tem que assumir esse papel de liderança preservando a Amazônia. Criando uma bioeconomia que não pode ser um rótulo, que não importa o que esteja acontecendo no processo”, concluiu.

O cenário geral preocupa, mas Barroso encerrou a aula com uma mensagem para os estudantes da FND. “A gente só tem controle sobre o que a gente faz. De modo que, não importa o que esteja acontecendo à sua volta, faça você o melhor papel que puder e seja bom e correto, mesmo quando ninguém estiver olhando”.



LIVRO AUTOGRAFADO

O ministro do Supremo recebeu na FND a tietagem de um astro do rock. Mesmo cercado de policiais federais, Barroso demorou muitos minutos para atravessar os poucos metros entre o Salão Nobre e a saída. Dezenas de estudantes se aglomeraram no caminho tentando tirar uma selfie ou entregar um livro ao presidente do STF para ser autografado.

Alguns tiveram sorte, como a estudante Nina Maciel (foto), do quinto período. A jovem conseguiu o autógrafo na sua edição do “Curso de Direito Constitucional Contemporâneo”, de autoria do ministro. “É muito emocionante”, comemorou. “É realmente muito significativo ter o Barroso aqui falando para a gente, que somos o futuro do Judiciário do Brasil”.

MINISTRO NÃO EXISTIRIA SEM A FND

Durante a apresentação, o ministro contou duas histórias curiosas que ligam sua biografia à Faculdade Nacional de Direito. “Eu não existiria se não fosse a Faculdade Nacional de Direito. Meu pai e minha mãe estudaram aqui, se conheceram aqui e se casaram ao final do curso”, disse.

Mas Barroso quase não se tornou ministro do STF em função de um compromisso na mesma faculdade. Em 2013, o professor estava na porta da FND quando foi chamado ao Palácio do Planalto pelo então ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

O agora presidente do STF respondeu que estava chegando à UFRJ para fazer uma saudação ao professor Paulo Bonavides, que receberia o título de Doutor Honoris Causa. “Eu não poderia cometer a desfeita e pedi que a presidenta Dilma Rousseff arrumasse outra data”, relatou Barroso. “Felizmente, ela arrumou, mas poderia não ter arrumado”, completou.

O ministro também brincou com o diretor da FND, professor Carlos Bolonha, que, ao lado da vice-diretora, professora Carolina Pizoeiro Gerolimich, foi muito aplaudido pelos estudantes ao ser chamado para a mesa do evento.

“Fiquei vivamente impressionado. Há muito tempo que eu não via um diretor ser ovacionado desta forma. Não é comum. Pode botar no currículo”.

AdUFRJ

VEM PRA POSSE

SEGUNDA-FEIRA | 16 DE OUTUBRO DE 2023 | 18H

DIRETORIA E CONSELHO DE REPRESENTANTES

2023

FÓRUM DE CIÊNCIA E CULTURA DA UFRJ
AVENIDA RUI BARBOSA, 762

AdUFRJ

JORNAL DA AdUFRJ / REDAÇÃO - COORDENAÇÃO: ANA BEATRIZ MAGNO CHEFIA DE REPORTAGEM: KELVIN MELO
EDIÇÃO: ALEXANDRE MEDEIROS, KELVIN MELO E SILVANA SÁ REPORTAGEM: KELVIN MELO E SILVANA SÁ DESIGN: ANDRÉ HIPPERTT TI: MARCELO BRASIL